COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.253, DE 2013 (Apenso: Projeto de Lei nº 3.634, de 2012)

Altera a Lei nº 5.914, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a destinação de parte da renda líquida dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e da Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia e Agronomia para o custeio de fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas às inspeções periódicas a cargo do órgão, bem como de medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes.

Autor: SENANDO FEDERAL

Relator: Deputado MAURO BENEVIDES

I – RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, originário do Senado Federal, modifica o parágrafo único do art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1996, que passaria a vigor com a seguinte redação:

“Art. 36.....

Parágrafo único. Os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agronomia e a Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia e Agronomia poderão destinar parte de sua renda líquida ao custeio de fiscalização de obras públicas inacabadas e de edificações sujeitas a inspeções periódicas a cargo do órgão, bem como de medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural dos integrantes do sistema CREA.” (NR)

O Projeto de Lei nº 3.634, de 2012, apenso, dá a seguinte redação ao parágrafo único do art. 36 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966:

“Art. 36.....

Parágrafo único. Os conselhos Regionais poderão destinar parte de sua renda líquida a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo.”

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público votou, à sua unanimidade, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.253, de 2013, e pela rejeição do projeto apenso, o PL nº 3.634, de 2012.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar exclusivamente acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

A União tem competência privativa para legislar sobre a matéria na forma do art. 22, XVI, da Constituição, que cuida da organização nacional do emprego e das condições para o exercício das profissões.

Do ponto de vista da matéria, ambas as proposições têm fundamento na Constituição. Eis por que são elas constitucionais.

No que concerne à juridicidade, observa-se que as proposições aqui examinadas não atropelam os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Por essa razão, tanto o Projeto de Lei nº 5.253, de 2013, quanto o Projeto de Lei nº 3.624, de 2012, são jurídicos.

No que toca à redação e à técnica legislativa, não há reparos a fazer, pois ambas as proposições observam os mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. São, assim, os projetos ora analisados de boa redação e de boa técnica legislativa.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 5.253, de 2013, e do Projeto de Lei nº 3.634, de 2012.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2014.

Deputado MAURO BENEVIDES
Relator